

A política de incentivo e a qualidade da publicação científica no Brasil e no Mundo

A criação de novos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil tem apresentado uma curva crescente ao longo do tempo, desde 1976, início do processo de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entre os critérios da avaliação da CAPES, estão a infraestrutura, a proposta do programa, análise do corpo docente e discente e a produção intelectual. Os resultados obtidos através desta avaliação subsidiam a deliberação do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC) sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para dar continuidade ao seu funcionamento.¹

Dados de 2015 mostram que atualmente, a CAPES recomenda e reconhece 5.812 cursos, distribuídos em 3.226 cursos de Mestrado acadêmico, 589 Cursos de Mestrado Profissional e 1.997 Cursos de Doutorado. Em relação aos indicadores desses cursos que são avaliados pela CAPES, a produção intelectual dos programas de Pós-graduação apresentou um aumento de 34% na publicação de artigos em periódicos científicos e o número de estudantes que obtiveram título de mestre ou doutor saltou de 50.411, em 2010, para aproximadamente 62.000, em 2013. Mas como está a qualidade da produção advinda dessa nova realidade da Pós-graduação e dos pesquisadores no Brasil?

Com uma política forte de incentivo a produção científica e uma avaliação dos Programas de Pós-graduação predominantemente focada no aspecto quantitativo, o Brasil continuava em 2014 a ocupar o 13º lugar no ranking da produção científica mundial, de acordo com dados disponíveis no *SCImago Journal & Country Rank*. Entretanto, quando avaliado o impacto ou qualidade desta produção através do *cites per document*, o Brasil deixa de ocupar a 117ª posição e passa para a 182ª no ranking mundial de qualidade, em 2014. E isso não acontece somente com o Brasil, mas também com a maioria dos países que lideram o ranking quantitativo de produções.² Assim, surgem os questionamentos a respeito das causas desse fenômeno e como melhorar os índices de qualidade, e também se esses índices são os mais adequados e confiáveis para mensurar a qualidade da produção científica.

Por outro lado o continuado estímulo para aumentar o número de publicações deu espaço a uma abertura acentuada de novas revistas pelas editoras mundiais, muitas das quais apresentando um fator de impacto baixo, e favorecendo o surgimento de negócios rentáveis.

Assim diante da necessidade de publicação dos autores o famoso temor de “*publish or perish*” versus o capitalismo das editoras, veio a consolidação das revistas de acesso aberto, onde, na maioria das vezes, é paga pelos autores uma taxa de publicação. Valor, aliás, que pode variar, conforme o tipo da revista, de US\$ 8,00 a US\$ 6.000,00. Uma publicação de Van Noorden na Revista Nature (2013) apresenta dados obtidos por uma empresa de consultoria, a *Outsell*, localizada na Califórnia, EUA, revelando que a indústria de publicação gerou US\$ 9,4 bilhões em 2011 e publicou cerca de 1,8 milhões de artigos, do que deriva uma média de US\$ 5 mil por artigo. De acordo com analistas - que estimam as margens de lucro entre 20 e 30% - obtém-se uma média de US\$ 3.500 a 4.000 por artigo.³

Destaca-se que esse tipo de acesso aberto não traz prejuízos para a qualidade da revista ou para os autores. Porém, de olho no lucro, novas editoras vêm surgindo e criando revistas, principalmente de acesso aberto que oferecem vantagens, que por vezes não são reais. Assim, é que utilizam-se de nomes semelhantes às revistas de fator de impacto elevado (*Journal Citation Reports*) e às vezes divulgam um fator de impacto sem qualquer validade, podendo induzir os pesquisadores a acreditarem ser o do JCR. Além de não serem indexadas nas principais bases de dados, como *PubMed*, *Scopus*, *Scielo* e *Embase*, utilizam uma busca ativa por submissões, o chamado “*call for papers*”, de forma insistente.

Dessa forma, enquanto melhores métodos de qualificação de uma revista ou artigo científico não forem de-

envolvidos, nós pesquisadores, temos que avaliar com cuidado a escolha da revista na hora de publicar, discutindo o assunto com pesquisadores mais experientes. É fundamental pois: desconfiar sempre que receber um convite direcionado, por vezes, com seu nome ou com o título de alguma pesquisa sua publicada anteriormente, solicitando a submissão de outro artigo; procurar em quais bases de dados a revista escolhida encontra-se indexada; a pesquisa no *WebQualis* poderá ajudar na escolha⁴ (qualis.capes.gov.br); e certificar-se quanto à credibilidade do fator de impacto divulgado – o *Scimago* (www.scimagojr.com) ou ISI - Information Sciences Institute (não disponível gratuitamente) são fontes seguras de informação.

Referências

1. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Avaliação. [acesso em 1 mar 2016]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao>
2. SCImago Journal & Country Rank. Country Rankings. [acesso em 8 mar 2016]. Disponível em: <http://www.scimagojr.com/countryrank.php>
3. Van Noorden R. Open access: the true cost of science publishing. *Nature*. 2013; 495 (7442): 426-9.
4. CAPES. Qualis CAPES. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Alex Sandro Rolland de Souza ¹

José Roberto da Silva Junior ²

Karine Ferreira Agra ³

¹ Professor da Pós-graduação stricto sensu. Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira. Recife, PE, Brasil.

² Secretário Executivo da Pós-graduação stricto sensu. Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira. Recife, PE, Brasil.

³ Secretária Executiva da Pós-graduação stricto sensu. Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira. Recife, PE, Brasil.